

PROJETO DEBATEDORES NOTA 1000

PARTICIPANTES:

Professora Luciana Teixeira - professora orientadora (filosofia)
Jhully Emanuele Dos Santos Bernardes - Debatedora (capitã)
Letícia Garcez Taveira Brasil - Debatedora
Ana Luísa Galante - Debatedora
Júlia Ferreira Silva - Debatedora
Lucca Gabarron Freitas - Debatedor
Érico Presas Michaltchuk - Debatedor
Alicia Manuela Silva de Oliveira - Debatedora
Lavínia De Holleben - Debatedora
Giovanna Pinheiro Ventorin - Debatedora
Nicolas Accioly Gavazzoni Malanski - Debatedor
Emanuelle Dornelas Queiroz - Debatedora (pesquisa)
Mariane Ferreira da Silva - Debatedora (pesquisa)
Rebeca Pereira da Silva - Debatedora (pesquisa)
Eduarda Azevedo Birsneek - Debatedora (pesquisa)
Bianca Silveira Romão - Debatedora (pesquisa)

PROJETO DEBATEDORES NOTA 1000

O projeto consiste em uma iniciativa educacional que prepara estudantes da rede pública do Paraná para o ENEM por meio do desenvolvimento da oratória, pensamento crítico, trabalho em equipe e de técnicas de argumentação. O projeto é organizado pelo Instituto Eureka em parceria com a Fundação Wilson Picler, o Grupo Uninter e apoio da Escola do Legislativo do Paraná. Tem como objetivo estimular o repertório socioeconômico e a expressão oral em formato de debates estruturados, simulando a exigência da redação do ENEM, para preparar os participantes para ela. A dinâmica dos debates é bem simples, as equipes, de cada escola selecionada, recebem um tema previamente e constroem duas teses, favorável e contrária, porém a posição defendida pela equipe só será decidida na hora do confronto por meio de sorteio.

CONSTRUÇÃO DAS TESES: COLÉGIO ESTADUAL DO PARANÁ

A equipe do Colégio Estadual do Paraná, famoso CEP, desenvolve suas teses por meio de pesquisas prévias do tema, que incluem artigos científicos, obras literárias, estudiosos da área da filosofia, sociologia, antropologia, política, entre outros, músicas, dados com fontes confiáveis e poemas. Dando prioridade para nomes brasileiros, para trazer representatividade cultural. Após todo esse processo, a equipe foca em filtrar as pesquisas mais interessantes e relevantes para o tema, selecionam o melhor do material para então construir a futura tese, nessa etapa, também é decidido, em conjunto, o que cada debatedor irá fazer, dividindo 4 membros da equipe para realizar cada parte da tese, introdução, réplica, tréplica e conclusão, seguindo essa mesma lógica para ambas as teses, favorável e contrária. Logo após essa etapa, é dado um prazo para os debatedores escreverem suas teses, todas as teses são corrigidas pela capitã da equipe, que analisa coerência, argumentação, repertório, escrita e as exigências de cada parte da tese, como a conclusão que deve ter proposta de intervenção. Após todas as teses corrigidas elas são enviadas para a professora orientadora que realiza as impressões do material, assim são distribuídas entre os participantes. Finalmente a equipe começa a ensaiar as falas para o debate, todos os ensaios dirigidos pela professora orientadora da equipe. Após todos esses processos é chegado o dia do debate e receber os resultados desse trabalho que é realizado em aproximadamente um mês.

**O FIM DA JORNADA DE TRABALHO 6X1 NO BRASIL SERÁ UM AVANÇO
NAS RELAÇÕES ENTRE PATRÕES E EMPREGADOS OU SERÁ UM
PROBLEMA PARA A ECONOMIA DO BRASIL?**

TESE A FAVOR 1 - A FAVOR DA 5X2

INTRODUÇÃO:

Para debatermos escala 6x1, é de suma importância entender de onde viemos e para onde iremos, visto que até pouco tempo atrás, durante o período abolicionista, muitos escravocratas sustentavam o mesmo discurso que a equipe adversária há de defender. Como argumenta Cida Bento em sua obra “Pacto da Branquitude”, a hierarquia histórica do trabalho no Brasil traz consigo a naturalização da supremacia branca nas relações contemporâneas, onde os descendentes de escravizados são constantemente reféns das marcas deixada pela escravidão, mas pouco se diz sobre a herança escravocrata que impacta positivamente pessoas brancas. É nítido, não há como falar de trabalho sem questionar o pacto narcísico da branquitude. O sistema desde seu principio perdurou o abismo entre negros e brancos, senhores de engenho e escravizados, patrões e empregados, se formos contra a inserção da proposta de redução da escala e jornada de trabalho quem os senhores acham que continuaram nutrindo os bolsos dos grandes detentores de capital? Eu vos respondo, os pobres, os negros, os trabalhadores historicamente marginalizados, não os descendentes de escravocratas. Senhores, o patrão ainda segue sendo subordinado a seu operário, o patrão não é nada sem seu operário. Sendo assim, não podemos nos seduzir pelo mesmo discurso meritocrático e racista da escala 6x1, que exclui e marginaliza o pobre. Não se trata de uma questão econômica ou de produtividade, mas uma lógica escravocrata persistente na sociedade econômica brasileira, onde não há vestígio de tempo livre, ou tempo com a família, há somente a hiper exploração produtiva do pobre em prol do sustento do rico. De que adiantou a aprovação da Lei áurea, quando mais de cem anos depois a maximização do lucro ainda sobressai o descasou humano?

Lucca Gabarron Freitas

RÉPLICA:

Dando continuidade a nossa tese. Quando falamos da escala 5x2 devemos compreender que isso é sim um avanço nas relações de trabalho. O problema não era apenas na quantidade de dias trabalhados, mas sim na lógica que transforma o trabalhador em instrumento de produção, herança direta da lógica que considerava pessoas mercadorias. A mentalidade que hierarquiza vidas conforme sua utilidade econômica.

É justamente nesse ponto que surge o que Karl Marx denomina FETICHE DA MERCADORIA: passamos a enxergar o produto, o lucro e o resultado do trabalho, mas esquecemos as pessoas, e as relações humanas por trás das grandes produções. O trabalhador deixa de ser percebido como sujeito e passa a ser tratado como uma peça substituível da engrenagem econômica. É aqui que entendemos que o trabalho deixa de ser uma atividade humana livre e se converte em algo que parece ter valor próprio. A mercadoria se torna visível quem a produz, invisível. É justamente aqui que a precarização começa a parecer normal.

E nessa lógica, a série “Ruptura”. Criada por Dan Erickson e dirigida por Ben Stiller, estabelece uma crítica. Na história, os funcionários da empresa Lumon passam por um procedimento que separa completamente suas memórias do trabalho e da vida pessoal. Quando entram no escritório, não sabem quem são fora dali. Quando saem, não sabem o que fizeram durante o expediente. Parece ficção científica, mas se olharmos para o cenário atual, existe algo profundamente real nessa ideia: a tentativa de transformar o trabalhador em alguém que simplesmente executa sua função, sem precisar carregar para dentro da empresa a totalidade de sua humanidade. A série transforma em ficção aquilo que, em diferentes níveis, já acontece na realidade: o trabalhador pode estar presente fisicamente e, ao mesmo tempo, ser completamente invisível dentro do processo produtivo. Então para encerrar, deixo aqui um questionamento: Até que ponto estamos dispostos a transformar o tempo e a vida do trabalhador em combustível para a produção?

Jhully Emanuele Dos Santos Bernardes

TRÉPLICA:

A equipe adversária erra na episteme de seus argumentos. A escala 6x1 é apenas um sintoma de uma sociedade que perdeu seu propósito, uma sociedade imanente. Nesse sentido, Max Weber argumenta que a sociedade moderna passou por um processo de racionalização, a única coisa no horizonte da população passou a ser a melhoria, a eficácia e a utilidade. Afirmando então, que nessa transição, a humanidade parou de questionar-se o porquê? Passou a buscar produtividade tal qual um predador caçando sua presa, faz isso por instinto. Weber ainda afirma que nesse ato foi abandonado também os mitos, a religião e a moral. Desse modo, a procura incessante por produtividade não possui bases lógicas, é a reprodução de uma desilusão surgida no processo de industrialização de um povo que esqueceu-se o porquê está fazendo tudo isso e esqueceu-se da principal pergunta: o que estamos fazendo é positivo? Afirmando a vocês que a produtividade do escravo com certeza era fundamental e positiva ao senhor de engenho, bem como a produtividade do servo era ao senhor feudal, tampouco a produtividade dos plebeus aos patrícios. Dessa forma, enxergamos na escala 6x1 a continuação de uma luta histórica, a luta pela liberdade, para o documentário Ilha das Flores, liberdade é aquilo que o sonho humano alimenta, todos entendem, mas nenhum ser humano consegue explicar.

Nicolas Accioly Gavazzoni Malanski

CONCLUSÃO:

Bom dia a todos aqui presentes. Concluo este debate com uma música da banda Garotos Podres, chamada Subúrbio Operário – “Sem esperança de uma vida melhor, pois os parasitas sugam o seu suor”. Essa música reforça o fato do excesso de produção exaustivo que a classe trabalhadora é submetida à séculos. Senhores... a questão nunca foi apenas quantas horas o trabalhador consegue produzir. A verdadeira questão é: quanto tempo ainda lhe resta para viver? Queremos uma sociedade que não apenas produza riqueza, mas que devolva ao trabalhador o direito de viver.

O questionamento foi substituído pelo conformismo. É como estar doente e não curar-se por justificarem como “normal”. Isso tem que acabar! Desde a sociedade escravocrata existe a exploração trabalhista. Os senhores de engenho não moveram um dedo para trabalhar, mas retinha para si todo o lucro. Esse modelo não foi extinto, atualmente ele é acobertado pela legislação brasileira. Quantos trabalhadores na atualidade executam as mesmas tarefas que os contratados da empresa Lumon? Eu vos respondo! Mais de 12 milhões! Mais de 12 milhões de famílias que não recebem ao menos 2 salários mínimos.

Sendo assim, urge-se de manifestações, protestos e marchas organizados por sindicatos, trabalhadores e sociedade civil em prol de uma Reforma Trabalhista Nacional cujo os responsáveis são Governo Federal, Ministério do Trabalho e do Emprego e demais órgãos competentes, a fim de instaurar a escala 5x2 como carga horária máxima de contratação e indo contra a naturalização da exaustão de um modelo abusivo mascarado pela legislação, buscando liberdade – para que os trabalhadores tenham mais tempo para vida social, cuidados com saúde, lazer – e remuneração proporcional, retendo aos contratados tudo o que se é justo a classe operária, seguindo os princípios de Marx “Se a classe operária tudo produz, a ela tudo pertence.

Toda a revolução é impossível até que ela se torne inevitável.

Alicia Manuela Silva de Oliveira

TESE A FAVOR 2 - A FAVOR DA 5X2

INTRODUÇÃO:

O capitalismo é um sistema no qual a acumulação de capital é o quesito central da sociedade. Durante seu processo de nascimento, com a realização de leis de cercamento e de vadiagem na Europa, foram criados movimentos de êxodo rural, que deram início a mentalidade de produtividade exacerbada devido a alta demanda exigida nas maquinofaturas. Junto a revolução industrial, a precarização do trabalho mostrou-se presente em todas as etapas de evolução trabalhista, seja na época em que o trabalho infantil era tratado como comum, seja na época que os trabalhadores são jogados a própria sorte sem bons salários, jornadas exaustivas e

condições insalubres. Esse pensamento refletiu-se na economia brasileira, visto que junto a colonização e o pensamento escravocrata do período, ao abolir a escravidão foram exigidas metas de produtividade aos novos trabalhadores libertos. Ao longo dos séculos, esse pensamento se manteve presente na mentalidade do patrão, considerando cada vez menos os direitos de seus operários. É justamente nesse contexto que surge a discussão da redução da escala 6x1 para a 5x2. Nossa proposta não afirma só a adição de um dia de descanso. Mas questiona o limite entre trabalhar para viver e viver para trabalhar. Por que mesmo com o avanço tecnológico das quatro revoluções industriais, a força de trabalho do operário continua sendo extraída de forma exagerada, despiando-o de sua família, de seu lazer? O capitalismo nos entuba o maquinário fabril e logo após nos acorrenta ao chão numa realidade sem esperança. Defender a redução da jornada de trabalho não significa legitimar quem trabalha sem compromisso, mas questionar o por quê do desenvolvimento econômico precisar ser sustentado pelo desgaste constante de quem trabalha.

Lucca Gabarron Freitas

RÉPLICA:

Senhores, se voltarmos à Revolução Industrial, percebemos que a precarização do trabalho não nasceu com a escala 6x1, mas foi sendo construída quando a produção passou a exigir cada vez mais do trabalhador, enquanto sua própria existência era deixada em segundo plano. Jornadas extensas, ambientes insalubres e salários baixos revelavam uma lógica simples: quanto mais o trabalhador pudesse produzir, mais valioso ele seria. E, embora muita coisa tenha mudado desde então, essa lógica de trabalho ainda se mostra presente, a sociedade prefere enxergar o produto, do que enxergar quem o produz.

É justamente essa invisibilidade que o filme “Parasita”, de Bong Joon-ho, consegue transformar em imagem. A família Kim não deseja luxo; deseja o básico, como uma janela por onde entre um pouco de ar. Vivem quase que escondidos sob a cidade, onde até a chuva, que para uns é uma dádiva, mas para essa família invisibilizada, leva com o fluxo da água o pouco que possuem. Quando surge a oportunidade de trabalhar para uma família rica, eles entram em uma realidade

muito diferente, uma casa ampla, iluminada, onde o conforto parece natural. Mas há uma ironia cruel naquele cenário: quanto maior o conforto de quem mora naquela casa, mais invisíveis precisam ser aqueles que o sustentam.

A família está presente em cada detalhe da rotina, mas não pertencem a ela. Seu trabalho precisa ser perfeito, justamente para que sua presença não seja percebida, e essa é a imagem mais poderosa do filme. O trabalhador é indispensável para que o conforto exista, mas precisa desaparecer para que esse conforto pareça natural.

É assim que a precarização se torna mais perigosa, quando deixa de parecer exploração e passa a parecer normalidade

E é essa imagem que devemos carregar ao discutir a escala de trabalho. Por trás de cada serviço ou produto, existe alguém entregando não apenas sua força de trabalho. Mas uma parte da vida que não pode ser recuperada: o próprio tempo.

Jhully Emanuele Dos Santos Bernardes

TRÉPLICA:

O argumento de que a escala 6x1 eleva a produtividade funciona muito num mundo ideal, entretanto, vivemos num mundo material, formado por relações reais. Produtividade para quem? é a pergunta a se fazer. Nesse sentido, Lília Moritz Scharwz em Sobre O Autoritarismo Brasileiro revela-nos sobre o poder obtido historicamente por uma elite agrária que enriqueceu sob a produtividade de escravizados. De tal modo que, é possível observar esse poder na atualidade, um acúmulo de capital obtido pelo flagelo e produtividade da maioria. Dessa maneira, a escala 6x1 pode ser vista como uma continuação desse atraso, na medida em que é defendida justamente por aqueles que lucram e sempre lucraram com o suor do outro. Ademais, de fato, muitos países desenvolvidos conseguem sustentar o modelo 5x2 devido as suas condições atuais e históricas de exploração, porém, o Brasil, na condição de explorado, ao se desvencilhar das amarras do imperialismo e adquirir autonomia financeira e industrialização, possui toda a capacidade de implementar esse modelo, da mesma forma que os europeus. Somos um dos

países mais ricos, em diversidade, cultura e trabalhadores, nossa terra adorada, nossos bosques tem mais vida. Respeitemos os trabalhadores que sustentam e sustentaram esse país.

Nicolas Accioly Gavazzoni Malanski

CONCLUSÃO:

Bom dia a todos os presentes.

Concluo este debate citando uma fala de Leo Huberman no livro “História Da Riqueza Do Homem” – “Pagavam os menores salários possíveis. Buscavam o máximo de força de trabalho pelo mínimo necessário para pagá-las.” Neste trecho, Huberman apresenta críticas ao abuso trabalhista devido ao fato de que os trabalhadores possuem, atualmente, a menor quantia de suas produções. Senhores... está mais que claro que este abuso se dá graças a ganância dos empregadores ao utilizarem do esforço de terceiros para benefício próprio.

Como retratado pelo personagem Ki-woo no filme Parasita, de Bong Joon-ho, o trabalhador vive sob a constante ilusão de que o esforço extremo trará dignidade, quando na verdade o sistema apenas consome sua juventude e vitalidade. A obsessão de Ki-woo em traçar planos para comprar a mansão e libertar seu pai reflete a tragédia da classe operária real: a falta de tempo e de recursos transforma o sonho de uma vida digna em uma utopia inalcançável.

Um dia de descanso! EU REPITO! AS MERAS 24 HORAS DE UM DIA é o suficiente para limpar uma casa, cuidar de filhos, estudar, cuidar da saúde, ter momentos de lazer e ainda sobrar tempo para repouso? Qualquer concordância evidência a falta de empatia com a classe operária que é submetida a um ciclo ininterrupto de produção, favorecendo o esgotamento físico e psicológico.

Deste modo, conclui-se que a adoção da escala 5x2 deve ser incentivada por meio de políticas trabalhistas que reivindicam dignidade básicas como o cuidado da saúde mental e física, tempo de qualidade para atividades voltadas ao lazer e ócio criativo, promovidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego, Governo Federal e Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços que garanta no mínimo dois dias de descanso semanais. Soma-se a isso a fiscalização do

cumprimento dessa nova norma, isto é, a adesão da escala com 36 horas semanais, pelos órgãos fiscalizadores e aos demais competentes, contando com a ajuda dos sindicatos trabalhistas a respeito das empresas para a eficiência desta nova carga horária.

Uma sociedade justa não mede o valor de uma vida pelas horas que ela consegue trabalhar.

Alicia Manuela Silva de Oliveira

TESE A CONTRA 1 - A FAVOR DA 6X1

INTRODUÇÃO:

Bom dia, senhores jurados, colegas debatedores e a todos aqui presentes. Bom, há um mito grego que atravessa séculos porque descreve, com muita precisão, um erro que insistimos em repetir.

O mito de Ícaro conta que um pai constrói para o filho asas de cera movida por uma única intenção: libertá-lo. Mas a boa intenção não impede a queda, e Ícaro voa alto demais, o sol derrete a cera, e o que deveria ser liberdade se tornou ruína. Debateremos hoje uma proposta movida por essa mesma boa intenção —> libertar o trabalhador brasileiro de uma jornada exaustiva.

E ninguém aqui questiona a nobreza desse objetivo, questionamos se as asas que se pretende construir resistem ao voo.

O sociólogo Robert K. Merton descreveu o que chamou de consequências não-antecipadas da ação social —> toda intervenção deliberada sobre uma estrutura complexa carrega, ao lado da intenção declarada, efeitos que escapam ao controle de quem a desenha. É exatamente isso que identificamos no texto hoje em tramitação: ao impor, por emenda constitucional, um prazo único e rígido para toda a economia nacional, retira-se de cada categoria a autonomia de negociar, setor a setor, o ritmo real da própria transição. Transforma-se um direito em imposição uniforme.

E aqui mora o cerne de nossa tese: não estamos contra o descanso do trabalhador. Estamos contra a ilusão de que basta decretar boas intenções para

que a realidade se curve a elas, quando a própria Constituição, em seu artigo sétimo, já reconhece a negociação coletiva como o instrumento mais legítimo entre patrões e empregados, porque nenhuma emenda genérica conhece uma categoria melhor do que ela conhece a si mesma.

Se Ícaro tivesse ouvido seu pai, teria voado baixo e devagar, mas teria chegado e conquistado sua liberdade. Que este debate não nos faça repetir, em pleno século vinte e um, o mesmo erro de quem confunde altura com liberdade.

Giovanna Pinheiro Ventorin

RÉPLICA:

“Trabalhar menos não significa necessariamente trabalhar melhor.”

Aqui está o ponto que quero deixar claro, nós não somos contra reduzir a exploração do trabalhador. Somos contra confundir redução de jornada com redução de exploração. São coisas diferentes, e tratá-las como sinônimo é o erro central da proposta que estamos debatendo hoje.

De que adianta trocar a escala 6x1 pela 5x2 se o trabalhador continuar recebendo um salário insuficiente e enfrentando a mesma sobrecarga, só que espremida em menos dias? Olhemos para a realidade de muitos professores. Mesmo com uma jornada distribuída em cinco dias, existe trabalho que ultrapassa o horário formal: preparar aulas, corrigir atividades, tarefas que não desaparecem simplesmente porque o calendário diz que é dia de descanso.

E existe ainda uma realidade que não podemos ignorar: empresas não funcionam por ilusões, funcionam por custos. Como explica Thomas Sowell ao tratar dos trade-offs, toda escolha econômica possui consequências. Se reduzirmos obrigatoriamente a jornada sem reduzir salários, aumentamos o custo de cada hora trabalhada. E quem paga essa conta? Pode ser o empresário, por meio de menor contratação; pode ser o consumidor, por meio de preços maiores; ou pode ser o próprio trabalhador, por meio da informalidade. Por isso, reafirmo, que não somos contra o descanso. Somos contra uma solução simplista para um problema complexo que joga o trabalhador na informalidade.

Porque avanço não é simplesmente trabalhar menos. Avanço é ter um trabalho melhor.

Emanuelle Dornelas Queiroz

TRÉPLICA:

Hoje o Brasil encontra-se em um momento determinante de sua história. Devemos deixar de pensar no próximo final de semana e começar a pensar no próximo século, devemos ter projetos reais, e deixar de abraçar o momento. Tomemos como exemplo diversos dos países que se desenvolveram nos últimos anos, como a China ou a Rússia por exemplo, ou mesmo antes destes. Nenhum país se desenvolveu com a implementação da escala 5x2, e eu lhes AFIRMO senhores. O Brasil NÃO ESTÁ PRONTO.

Não venho questionar vossas boas intenções, apenas seu conhecimento. O que não faltam são projetos econômicos mal estruturados. Congelamento de preços, confisco de poupanças, gatilhos salariais, unidades de referências de preços. Todas tentativas de melhorar o poder de compra, que se mostraram catastróficas. Não tornemos este, outro projeto utópico que busca melhorar a vida do brasileiro, mas que no fim, destroi a vida do mesmo.

Um dia na semana talvez lhe pareça insignificante, e talvez realmente seja, mas esse dia a menos em um mês? Um semestre? Um ano? A mudança da escala de trabalho representa uma queda abrupta de 17% dos dias trabalhados no ano. Significa pagar 13 meses de salário, e receber apenas 10 meses trabalhados.

Não representa um simples descanso, representa um atraso real. E talvez vocês se perguntem, qual o atraso na suposta qualidade de vida? A resposta está em uma lei básica de mercado decretada pelo Prêmio Nobel de Economia, Paul Krugman: "A produtividade não é tudo, mas, no longo prazo, é quase tudo".

Reduzir a jornada por decreto em um país com a produtividade estagnada é uma ilusão matemática. O atraso na qualidade de vida virá na forma de desemprego, inflação e fechamento de empresas.

Mudar a escala antes da hora é tentar colher o fruto de uma árvore que o Brasil ainda não tem capacidade de plantar.

Érico Presas Michaltchuk

CONCLUSÃO:

O primeiro entendimento quando falamos sobre a mudança das escalas de trabalho é a respeito da produtividade. Produtividade é a eficiência na produção de algo, mostrando a relação entre os resultados obtidos (bens e serviços) e os recursos (tempo, dinheiro, trabalho e materiais), ou seja, a clássica vivência do mercado atual que se resume em fazer mais com menos recursos ou em menos tempo, mas, existe um fator que deve ser explorado devido o seu grande impacto: o lado externo às empresas, logo, a vida extra empresa e o local de trabalho.

A parte mais complexa no quesito econômico, é que por vezes nos esquecemos de alguns pontos que influenciam diretamente o tempo e qualidade do trabalho, como por exemplo: falta de segurança pública e precarização de serviços públicos. O economista e filósofo indiano Amartya Sen em sua tese Teoria das Capacidades define o desenvolvimento humano e a justiça social não pela renda ou pelo Produto Interno Bruto (PIB), mas pela liberdade real que as pessoas têm para alcançar os modos de ser e fazer assegurados por seus direitos. De acordo com o economista, os estados e as ações que formam a vida de uma pessoa (boa alimentação, boa saúde, ler ou participar de uma vida relacional na comunidade) e as suas capacidades, que é o poder real de realizar escolhas de vida. Suas principais queixas envolvem fortemente as outras esferas, onde a riqueza material de um país pode ser alta, mas a desigualdade interna pode privar grupos inteiros de recursos básicos que deveriam ser funcional - transporte público eficiente, saúde pública equivalente às demandas, segurança e proteção eficaz por órgãos e institutos públicos - além de que a equidade exige remover barreiras concretas (fome, tiranias ou falta de serviços públicos), para que todos possam competir e viver com dignidade. A consequência da eficácia de seus direitos gera o aumento da

expectativa de vida e a diminuição da taxa de mortalidade de um país, ou seja, é uma prática que tem como objetivo desenvolver sua população.

Muitos tendem a acusar que a linha argumentativa a favor da escala 6x1 não se importa com o trabalhador, mas muito pelo contrário, temos a ciência e entendemos os resultados dos impactos sociais e econômicos dos mesmos. Precisamos entender que os responsáveis pela geração de empregos são os empresários, e com a diminuição da escala, uma de suas principais consequências será o aumento de funcionários, que é proporcional ao aumento de custos. As empresas brasileiras já sofrem com taxas burocráticas altíssimas, que com a diminuição podem levar muitas empresas à falência, além da necessidade de produzir maior quantidade em menos tempo. Com isso, propomos que os Ministérios da Saúde, Ministério da Justiça e Segurança Pública, dos Transportes e de Desenvolvimento e Assistência Social, aprimorem seus funcionamentos, utilizando de suas verbas para tornar o serviço funcional, em busca da melhoria da qualidade de vida da sociedade brasileira. O que tratamos aqui não é sobre ser contra o trabalhador por defendermos a escala 6x1, mas sim reconhecer que a real solução encontra-se em serviços básicos que precisam funcionar dentro da nação brasileira para melhorar nossa qualidade de trabalho.

Júlia Ferreira Silva

TESE A CONTRA 2 - A FAVOR DA 6X1

INTRODUÇÃO:

"A produtividade não é tudo, mas, no longo prazo, é quase tudo." A frase é do economista Paul Krugman, ganhador do Prêmio Nobel; e ela é o tipo de aviso que um país costuma ignorar até ser tarde demais

O Brasil já viveu isso antes. Em nome de "melhorar a vida do trabalhador", este país já decretou congelamento de preços, confiscou poupança, criou gatilhos

salariais -> tudo embalado no discurso do avanço social, e tudo terminaram destruindo exatamente quem prometia proteger. A história brasileira tem um padrão bem claro onde mudar o número no papel é fácil mas mudar a estrutura por trás do número é o que realmente exige coragem — e é justamente isso que continuamos evitando fazer

Aqui está o ponto que quero deixar claro desde já: nós não somos contra o trabalhador brasileiro descansar mais. Somos contra fingir que trocar 6 por 5 resolve um problema que nunca foi sobre a quantidade de dias trabalhados.

Porque, na prática, quem sustenta essa mudança? Pequenas empresas que já sobrevivem no limite. Trabalhadores que, sem alternativa, acabam empurrados para a informalidade. E o consumidor, que paga a conta em forma de preço mais alto.

Como bem lembra o economista Thomas Sowell “não existem soluções, apenas trade-offs. Toda escolha carrega um custo e o problema de hoje é que estão vendendo essa mudança como se ela não custasse nada a ninguém!

Giovanna Pinheiro Ventorin

RÉPLICA:

“Trabalhar menos não significa necessariamente trabalhar melhor.”

Gostaria de começar minha fala com a seguinte pergunta: “desde quando trabalhar menos significa, automaticamente, trabalhar melhor?”

Aqui está o ponto que quero deixar claro desde já: nós não somos contra reduzir a exploração do trabalhador. Somos contra confundir redução de jornada com redução de exploração. São coisas diferentes, e tratá-las como sinônimo é o erro central da proposta que estamos debatendo hoje.

De que adianta trocar a escala 6x1 pela 5x2 se o trabalhador continuar recebendo um salário insuficiente e enfrentando a mesma sobrecarga, só que espremida em menos dias? Olhemos para a realidade de muitos professores. Mesmo com uma jornada distribuída em cinco dias, existe trabalho que ultrapassa o horário formal: preparar aulas, corrigir atividades, planejar e cumprir tarefas que não

desaparecem simplesmente porque o calendário diz que é dia de descanso. Isso nos mostra uma coisa muito simples: o problema não é apenas quantos dias o trabalhador trabalha. É como ele trabalha.

E existe ainda uma realidade que não podemos ignorar: empresas não funcionam por desejo, funcionam por custos. Como explica o Economista Thomas Sowell ao tratar dos trade-offs, toda escolha econômica possui consequências. Se reduzirmos obrigatoriamente a jornada sem reduzir salários, aumentamos o custo de cada hora trabalhada. E quem paga essa conta? Pode ser o empresário, por meio de menor contratação; pode ser o consumidor, por meio de preços maiores; ou pode ser o próprio trabalhador, por meio da informalidade e da perda de oportunidades. Por isso, reafirmo, que não somos contra o descanso. Somos contra uma solução simplista para um problema complexo.

Por isso, o debate não pode terminar em uma simples troca de números: 6 por 5.

Precisamos perguntar o que vem depois desse número:

Quem vai cobrir as horas? Quanto isso vai custar? Quem vai pagar essa conta? E, principalmente, esse custo pode acabar impedindo que justamente o próximo trabalhador seja contratado?

Porque avanço não é simplesmente trabalhar menos. Avanço é ter um trabalho melhor. E, se queremos realmente defender o trabalhador brasileiro, devemos lutar por salários dignos, direitos respeitados, segurança, estabilidade e condições melhores sem destruir as condições econômicas que permitem que esses empregos existam.

Letícia Garcez Taveira Brasil

TRÉPLICA:

Inicialmente, gostaria de introduzi-los brevemente ao que tão pertinentemente defendemos aqui hoje. Reconhecemos que uma grande parte da população trabalhista trabalha sob péssimas condições, mas antes que os senhores se animem cientes de nossa rendição, gostaria de abrir com um questionamento a todos aqui presentes.

Os senhores preferem um emprego formal estável, com salário digno e direitos garantidos na escala 6x1, ou a ilusória folga de uma escala 5x2 na informalidade, sem direitos e com baixa remuneração?

E é com as respostas do que sei ser a maioria que reinicio então o debate; Afinal os problemas do modelo atual vem realmente da escala, e mais importante ainda, diminuí-la irá resolvê-los? E a resposta senhores, é não.

O sociólogo polonês Zygmunt Bauman, na obra *Vidas Desperdiçadas*, elabora o conceito de "refugo humano". Ele nada mais é, que a população descartada e empurrada para a invisibilidade pelas engrenagens sociais. A imposição de leis inexecutáveis atua apenas como uma higienização institucional, que lava das mãos do estado, o sangue de sua própria população.

E os senhores podem se questionar, de que invisibilização estamos falando, e eu lhes digo:

Atualmente 37% da força de trabalho brasileira, já atua na informalidade, portanto, tal redução não os alcançaria. Mas alcança os outros 63%, e não somente os alcança como os derruba. Joga-os à informalidade. Sem horas extras, sem FGTS, sem 13o, sem garantias e sem direitos.

Em fato, segundo a UHY, o Brasil ocupa o 1º lugar no ranking mundial de maiores encargos trabalhistas, com um custo de 71% sobre o salário nominal. Muito a frente da média internacional, que é de 20%.

E, portanto reafirmo nossa tese, o que nos faltam senhores, não são direitos, mas sim, o acesso pleno a eles.

Érico Presas Michaltchuk

CONCLUSÃO:

A tendência de análise de uma temática complexa como esta, é seguir o mesmo viés, a economia. Porém, existe um outro lado da moeda que deve ser minuciosamente analisado, a obrigação estatal, e é a partir de TH Marshall (Thomas

Humphrey) e seu estudo sobre a evolução da cidadania que entenderemos que vai muito além de horas ou dias trabalhados, mas o dever de suporte por trás dele.

Thomas Humphrey vai entender como a população evolui de forma linear e cumulativa a partir de três dimensões fundamentais: direitos civis, políticos e sociais. Cada um deles exercem funções como liberdade individual, garantia da participação do poder político e assecuração de um padrão mínimo de bem-estar. Esses três pilares expostos são exclusivamente dever do Estado, executados por meio de carga tributária, burocracias e taxas de juros, fornecidos diretamente pela população que paga ao governo impostos para manutenção desses serviços. Quando entendemos que influenciar a economia vai além da inflação, damos um passo mais perto para a solução. No Brasil, os impostos altos causam créditos caros, que exploram diretamente o empresário, o qual precisa manter a sua empresa, e consequentemente respinga explorando os seus trabalhadores, necessitando de maior produção para manter-se no mercado e pagar as burocracias governamentais. Porém, a realidade é que muitos desses mecanismos não funcionam por corrupção (como no roubo do INSS que aposentados e pensionistas perderam dinheiro e auxílio), desvio de dinheiro e má gestão, culminando em um país constantemente explorado em vários quesitos em busca de manter-se de pé. Uma vez que o Estado se ausenta de seus deveres, a população paga, privando-se de manutenção em todas as áreas, tendo como resultado a perda do poder de compra que gera uma população cada vez mais endividada e miserável.

Entendemos então que se trata de uma pirâmide, onde o topo são os empresários e a base os trabalhadores, e o fator externo é o governo. Uma vez que o governo cumpre com suas obrigações a partir de recursos que são pagos pela população, o topo (empresários) não é pressionado pela economia e a necessidade de sustentar uma empresa, consequentemente a população colhe com frutos de um sistema funcional em todos os aspectos que ela precisa (transporte, saúde, educação, proteção), desenvolvendo a economia e a população do país, e futuramente tornando as cargas tributárias menos sufocantes. Por isso, propomos que o Ministério Público e o Poder Legislativo juntamente com apoio técnico fiscalizem órgãos e a real utilização do dinheiro público, de forma que seja destinada de forma correta as respectivas áreas sociais brasileiras, cumprindo com

o dever do Estado que é garantir a ordem, proteção, administração e o desenvolvimento da nação. Um Brasil pleno é um Brasil que coloca os três conjuntos de direitos unidos em sintonia, funcionando de forma justa e eficaz, dignificando a vida do trabalhador brasileiro que luta dia após dia para pagar pelo seu próprio sustento.

Júlia Ferreira Silva